

O 1º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM MEDICINA DO TRABALHO (CEMT):

Algumas notas para memória futura

JOÃO PRISTA

Médico Especialista em Medicina do Trabalho
Professor Associado da Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa
Coordenador do CEMT

O 1º Curso de Especialização em Medicina do Trabalho em Luanda, realizado através de uma parceria entre a Clínica Sagrada Esperança (CSE) e a Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa (ENSP), constituiu uma oportunidade e revelou-se uma realidade de enorme alcance: do ponto de vista técnico, numa perspectiva pedagógica e na vertente humana.

O desafio, uma vez colocado, exigia uma atenção cuidada. Tratava-se, em essência, de permitir a médicos angolanos a possibilidade de obterem formação numa área de intervenção direccionada para a preservação e o desenvolvimento das condições de saúde das pessoas enquanto trabalhadoras.

Não havendo experiência prévia, colocava-se desde logo a questão do âmbito, do formato, dos objectivos e da exigência, dado que do modo como se equacionassem estas questões, se implementassem as acções e se desenvolvessem as actividades dependeria, sem qualquer dúvida, a qualidade, a eficácia e os resultados.

Uma primeira formação, de natureza genérica e introdutória (realizada em três diferentes períodos, entre Maio e Julho de 2012), permitiu e sugeriu algumas notas muito úteis para a reflexão sobre o que e como fazer.

Foi, de facto, a partir desta que a CSE e a ENSP estabeleceram o alcance, enquadramento e

características a que a acção destinada à formação de Médicos do Trabalho deveria obedecer.

O conteúdo da acção (o Curso) deveria assemelhar-se às práticas usuais destas formações, designadamente as concretizadas pela ENSP em Portugal. A exigência na aprendizagem seguiria igualmente padrões da mesma natureza. Uma e outra questão seriam observadas sem prejuízo, adequada e necessariamente, de serem tidas em conta adaptações ajustadas a realidades locais.

A partir destas definições haveria que compatibilizar as capacidades de actuação e os indispensáveis equilíbrios entre as necessidades da formação e os correspondentes encargos financeiros.

A parceria entre a CSE e a ENSP revelou-se, entretanto, desde o início, um modelo exemplar de esforço conjunto, na procura de soluções equilibradas e adequadas, compatibilizando o conjunto de variáveis desde o primeiro momento colocadas em cima da mesa.

Da análise global e atenta efectuada, optou-se por um modelo de desenvolvimento que se poderá chamar de transposição. O curso que a ENSP ministra em Lisboa seria genericamente implementado em Luanda – matérias, docentes, plano curricular – procurando-se, nos conteúdos, enfatizar aquilo que pareceu mais importante para a realidade do país.

Do ponto de vista pedagógico, entretanto, o modelo possível adivinhava-se (e revelou-se) de uma exigência muito elevada (para docentes e alunos), centrado no ensino directo concentrado em uma semana mensal a tempo inteiro (40 horas) e de trabalho orientado directo sobre situações reais de trabalho.

ENDEREÇOS PARA CORRESPONDÊNCIA:

INSTITUIÇÃO: Escola Nacional de Saúde Pública/Universidade NOVA de Lisboa

ENDEREÇO: Av. Padre Cruz, 1600-560 Lisboa

TELEFONE: (+351) 217 512164

FAX: (+351) 217 582754

EMAIL: jpriστα@ensp.unl.pt

SITE: [ttps://www.enps.unl.pt](https://www.enps.unl.pt)

O Curso, neste contexto, repartiu-se por 11 meses de sessões lectivas e outros tantos de trabalho de campo.

Para os docentes foi um desafio e uma aprendizagem enorme e permanente. Havia que desenvolver metodologias que permitissem concentração de saberes (duas matérias distintas em cada semana) gerando interesse e dinâmica de aprendizagem.

Para os alunos a questão não seria (e não foi) exigência menor. Concentrar a captação de matérias e o interesse permanente, conjugando esta exigência com o estudo e a realização de trabalhos nos períodos entre cada semana.

Para se ter uma ideia do percurso e do esforço efectuado, nos 2 anos lectivos (de Setembro de 2013 a Julho de 2015):

- Foram ministradas diferentes 13 disciplinas;
- As sessões lectivas directas totalizaram 440 horas;
- Cada aluno realizou 17 testes de avaliação de conhecimentos e elaborou e apresentou 8 trabalhos individuais ou de grupo.

Os dois Trabalhos de Campo, por seu turno, implicaram cada um a elaboração de um trabalho e, por cada aluno, a sua apresentação para discussão e avaliação. Estes Trabalhos de Campo incluíram, cada um, 2 semanas de acompanhamento directo local por docentes, para além de sessões de tutoria à distância por recurso a tecnologias multimédia.

Participaram no Curso 11 docentes da ENSP e 2 de Luanda e, para a realização dos Trabalhos de Campo, colaboraram 10 diferentes empresas e instituições públicas.

No âmbito das actividades do Curso, haverá ainda a mencionar a realização de um Seminário aberto centrado em questões de natureza ética e deontológica, com a participação dos Senhores Professores Pinto de Sousa (Bastonário da Ordem dos Médicos de Angola) e Jorge Lima (da CSE).

Para além dos constrangimentos inerentes a um processo como o apresentado, diversos tipos de dificuldades foram sendo patentes ao longo do tempo. Uma a que os docentes estão já habituados na experiência de anos de ensino na ENSP (e eram na altura já 52 edições de cursos nesta Escola ministrados); outras de natureza nova. A todas elas houve que proporcionar a melhor das atenções. E aqui se revelou de decisiva valia a constante conjugação de esforços entre a CSE e a ENSP.

A fórmula de orientação de todas actividades concretizada por um Coordenador (Prof. João Prista, da ENSP), apoiado por um Coordenador Adjunto local (Dr.ª Ana Paula Mendes, da CSE) e dois alunos eleitos pelos próprios discentes (Dr. Mário Gil Santos e Dr.ª Neusa Isabel Quinto), funcionou de modo total e exemplar. E foi, assim, possível ter uma leitura permanente do desenvolvimento das actividades, ajustar procedimentos e planificações, apoiar dificuldades pontuais, resolver questões e imprevistos, ultrapassar obstáculos. Em cada momento, é de salientar, o Curso pôde contar com a atenção, a disponibilidade e o total apoio por parte dos máximos responsáveis das duas Instituições envolvidas (Dr. Rui Pinto, da CSE e Prof. João Pereira, da ENSP) e a cooperação eficiente do Departamento de Formação da CSE (da responsabilidade da Enfermeira Paula Coelho).

Uma formação deste tipo implica uma interacção elevada não só entre alunos e professores, mas, e disso se deve tomar nota relevante, no que respeita aos alunos entre si. Iniciaram o curso 30 médicos, tratando-se, naturalmente, de um grupo heterogéneo, com experiências de vida e profissionais muito diversas, com formações em tempos e de origens diversas, com capacidades e objectivos distintos.

Em termos de constrangimentos, entretanto, serão importantes de salientar a distância geográfica entre docentes e discentes, o modelo pedagógico por esta condicionado, os reduzidos acesso e treino para pesquisa de fontes bibliográficas e as dificuldades (evidenciadas por muitos) no domínio de línguas estrangeiras (nomeadamente o inglês).

Nada que não seja normal em qualquer parte mas que não se pode esquecer quando se olha criticamente para uma realização.

Ao Coordenador, entretanto, e para além de toda a interação com o Departamento de Formação da CSE, competiu ainda a função de manter um elo de articulação entre todos os docentes, de modo a organizar a sucessão de intervenções pedagógicas e para que destas resultasse um todo contínuo.

Do ponto de vista formal, o êxito poderá apreciar-se, entre outras observações, pelo facto de o Curso ter sido homologado pelo Ministério da Saúde de Angola e considerado idóneo pela Ordem dos Médicos de Angola para a atribuição do título de especialista em Medicina do Trabalho (sendo a esse nível de destacar o empenho e cooperação, respectivamente, do Dr. Jorge Dupret, do Colégio de Pós-Graduação Médica do MINSA, e do Dr. Rui Capó, do Colégio de Especialidade da OM).

O mais importante alcance, contudo, terá residido naquilo que foi conquistado por cada um dos médicos que o frequentaram.

Trinta alunos (de entre mais de 40 candidatos) iniciaram este percurso. Dois anos passados, de muito trabalho, de muita dedicação, 19 alcançaram o final com sucesso. Os que ao longo do tempo (e 2 anos é,

de facto, muito tempo numa formação deste tipo) ficaram afastados, foi por motivos de natureza diversa. E a grande maioria deles, ficou acordado, retomará o percurso na próxima oportunidade.

A conclusão com sucesso, importa afirmar, resultou em todos os casos apenas do próprio merecimento e da demonstração clara desse mesmo merecimento por parte de cada um dos médicos-alunos que o alcançaram.

Concluído o Curso há que ter presente que a formação destes Médicos do Trabalho apenas se iniciou. Uma especialidade médica não se conquista num período inicial de formação — resulta da prática diária e do contínuo aprofundar de conhecimentos. E a Medicina do Trabalho não foge a essa regra.

Foi preocupação constante, da parte dos docentes, passar e deixar clara essa ideia a todos os alunos. Praticar, estudar e reflectir, trocar experiências e manter (e desenvolver) um elevado grau de exigência nos domínios éticos e técnicos, são atitudes de que dependem, em última análise, a validade e utilidade desta iniciativa. E todos os envolvidos, nomeadamente os médicos que frequentaram o Curso de Especialização em Medicina do Trabalho, sabem que podem continuar a contar com a experiência e disponibilidade dos docentes que se empenharam neste primeiro passo.